



Salário de professores é 11% menor na rede privada, diz pesquisa

Alexandre Saconi e Talita Mochiute

Os professores da rede privada recebem remuneração 11% menor que os professores da rede pública. Quando são consideradas as regras previdenciárias, o professor da rede privada apresenta um rendimento por hora de trabalho 38% inferior ao rendimento do professor da rede pública. Esses dados são da dissertação de mestrado “A remuneração do trabalho do professor no ensino fundamental público brasileiro”, realizada pela economista Kalinca Léa Becker, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).



Este trabalho é o primeiro a considerar as questões previdenciárias em uma equação de rendimentos para professores do ensino fundamental no Brasil. “O tema salário do professor é polêmico. Já houve outras pesquisas sobre esse tema, mas nenhuma colocou o fator previdenciário em evidência”, comenta a pesquisadora.

“É importante conhecer como se encontra a remuneração e a composição do mercado de trabalho dos professores do ensino fundamental no Brasil, a fim de orientar a elaboração de políticas públicas”, defende a economista.

Além da questão previdenciária, Kalinca verificou outros fatores que determinam o salário do professor, como escolaridade, sexo, experiência de trabalho, anos de estudo e local de trabalho. Os dados utilizados para análise são os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006.

A economista também comparou o salário do professor com os de duas categorias: profissionais da ciência que precisam ter qualificação elevada e também trabalhadores da área de produção e serviços.

O estudo revela que a remuneração média dos profissionais da ciência é 178% maior em comparação com a média dos professores. Se as regras previdenciárias forem consideradas, o diferencial é de 76%.

Já a remuneração média dos trabalhadores da produção e serviços é 4% menor em comparação à média dos professores. Quando entra o fator benefícios da aposentadoria, o diferencial é de 30%.

O estudo comparou ainda o salário das três categorias em relação aos anos de estudo. Observou-se que a remuneração do professor do ensino fundamental aumenta só 5% para cada ano a mais de estudo. O índice é de 16% para os profissionais da ciência e de 17% para trabalhadores da produção e serviços.

Para Kalinca, a implementação do piso salarial para o professor pode ajudar a diminuir a diferença entre a remuneração do docente e dos profissionais da ciência. “Por outro lado, aumentará ainda mais a diferença entre o salário dos professores da rede pública e do ensino privado”, diz.

Salário na área rural

O estudo indica a diferença entre a remuneração na área urbana e rural. “Poderíamos supor que os salários de ambas as áreas deveriam ser iguais, dado que os trabalhadores pertencem ao mesmo segmento ou então que deveriam privilegiar professores da zona rural, com o objetivo de atrair docentes de alta qualificação para

melhorar a qualidade do ensino das crianças dessas áreas”, escreve Kalinca em sua dissertação.

No entanto, a remuneração do docente da área urbana é 35% maior do que a do professor da área rural. O rendimento médio mensal dos professores da área rural é igual a R\$ 5,84 por hora de trabalho. Já dos docentes da zona urbana é de R\$ 7,88.

Outro recorte foi em relação ao tempo de estudo. Um professor da área urbana obtém um retorno no rendimento, por hora de trabalho, de 6% para cada ano a mais de estudo. Enquanto os docentes da área rural obtêm maior rendimento devido à escolaridade somente quando ultrapassam 14 anos de estudo.

O levantamento indica ainda a diferença do grau de escolaridade dos docentes. Os professores do ensino fundamental da rede pública que atuam na área urbana apresentam maior qualificação, já que 84% completaram o ensino superior, enquanto no meio rural a porcentagem é de 64%.

De acordo com a dissertação, a menor remuneração dos professores da zona rural pode estar relacionada ao fato de que 77% dos professores desta área serem funcionários municipais. A prefeitura pode fixar o salário do professor com base no custo de vida da cidade que em geral é menor que na área rural. Na área urbana, esse percentual é de 58%